

Notícias

A «ajuda» do défice e os «abençoados jovens»

Conferência OTOC/DE debateu proposta de Orçamento do Estado para 2010

«**D**ecidimos aumentar o nosso défice não por descontrolo, mas para ajudar a economia, as empresas e as famílias.» Foi com estas palavras que José Sócrates garantiu, na conferência «Orçamento do Estado 2010», organizada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) e pelo «Diário Económico», que a opção do governo foi deliberada e não obra do acaso.

No Centro Cultural de Belém (CCB), e perante uma plateia de mil e 400 profissionais, o primeiro-ministro sustentou que «o défice orçamental português aumentou para 9,3 por cento por uma boa razão», socorrendo-se dos défices de outros países para tentar fazer passar a ideia de que os números nacionais estão em consonância com o que se verificou um pouco por todo o mundo. O défice, recordou Sócrates, passou de 2,6 por cen-

to em 2007 para 9,3 por cento no ano passado, o que representa uma subida de 6,7 pontos percentuais. «É quanto é que aumentou nos países do G-20? A média de crescimento foi de 6,9 por cento nesses dois anos. Nos países da OCDE aumentou 6,8. Nos Estados Unidos, nos dois últimos anos, subiu 9,7 por cento. No Japão, 8 por cento e em Espanha 13,8 por cento», avançou o primeiro-ministro.

Para Sócrates, «o Estado português decidiu aumentar o seu défice para resolver os problemas, numa dimensão que está em linha com as outras economias. Não se elevou demasiado, mas sim em consonância com a média dos países evoluídos e numa proporção aceitável», reiterou. Esta actuação conjunta, garantiu o primeiro-ministro, evitou males maiores: «Os Estados souberam cumprir o seu dever e reagiram com coragem. Fizeram o que deveria ser feito.»



«O défice salvou o mundo», disse o primeiro-ministro, citando o Nobel da Economia, Paul Krugman

O desequilíbrio nas contas públicas «pode aumentar no caso de uma emergência, como houve em 2009, e tivemos bons resultados. Foi o aumento do défice que permitiu à economia resistir à crise», sublinhou o líder do Governo que se socorreu de uma ideia do prémio Nobel da Economia, Paul Krugman, para melhor justificar o seu ponto de vista: «O défice salvou o mundo.»

O primeiro-ministro considerou ainda que foram os gastos adicionais do Estado português que fizeram com que Portugal conseguisse «sair da recessão técnica» e tenha registado «no terceiro trimestre de 2009 um crescimento económico dos mais fortes da Europa.» Por isso, avançou José Sócrates, «poderemos ter, com boa segurança, a perspectiva de que no final de 2009 a queda do produto terá sido bastante inferior à que se previa no início do ano.» Trocando por números, Sócrates acredita que a queda do PIB deverá rondar os 2,6 por cento, longe dos quatro por cento estimados.

«O défice pode ser bom ou pode ser mau dependendo de uma única coisa: o sítio onde se gasta o dinheiro», esclareceu o primeiro-ministro, apontando as cinco áreas prioritárias onde o Governo «está a aplicar o dinheiro dos portugueses»: barragens, escolas, hospitais, equipamentos sociais (sobretudo creches) e infra-estruturas.

José Sócrates reconheceu que a «a crise ainda não acabou» e que, em 2010, o Estado «vai continuar a fazer um esforço orçamental muito grande», lembrando que o OE 2010, «é de confiança, rigoroso e credível mas também com preocupações sociais.» Sócrates referiria mesmo que «o facto de o Orçamento ter já a sua aprovação garantida é um êxito para o País.»

A intervenção de José Sócrates prendeu a vasta audiência ao longo de cerca de 50 minutos. O objectivo principal desta iniciativa estava centrado noutras questões uma vez que, como fez questão de salientar Domingues de Azevedo, presidente da OTOC e candidato a bastonário nas próximas eleições do dia 26 de Fevereiro, «estas conferências servem para os membros compreenderem e aplicarem as medidas fiscais contidas no Orçamento». Uma meta que os oradores seguintes ajudariam a cumprir.

Transformações fiscais cautelosas

Finda a intervenção do primeiro-ministro, coube a Sérgio Vasques dar continuidade aos trabalhos. O secretário de Estados dos Assuntos

Fiscais (SEAF) debruçou-se sobre «as linhas de acção do OE em matéria fiscal», apontando três grandes áreas.

Este responsável lembrou a criação de novos mecanismos que se dirigem aos pequenos contribuintes e ao relançamento da actividade económica, sublinhando, neste ponto, a simplificação do regime fiscal em matéria de IRS ou a dispensa de entrega de declaração para contribuintes com rendimentos mais baixos.

Sérgio Vasques abordou ainda as medidas para aliviar os custos de contexto inserindo, neste capítulo, medidas como a eliminação do imposto do selo sobre os actos notariais, benefícios à investigação e desenvolvimento e os benefícios fiscais para os denominados *business angels*.

Uma terceira linha de acção prende-se, sublinhou o SEAF, com o «reequilíbrio na relação entre a administração fiscal e o contribuinte», avançando, por exemplo, com as alterações às regras que actualmente vigoram em termos de penhoras.

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais lembrou ainda a «preocupação de justiça social e relançamento económico» subjacente a muitas medidas, sublinhando também a especial atenção que continuará a ser dada «ao combate à fraude e evasão fiscais. Isso é algo que não vai desaparecer.»

A terminar, Sérgio Vasques sublinhou «o que não está no OE.» Ou seja, para o SEAF é bom realçar a «ausência de reformas profundas do IRC, IVA ou impostos sobre o património.» Porquê? Porque, para 2010, «as transformações fiscais são, intencionalmente, cautelosas.»

Encarar a crise de frente

João Salgueiro traçou um cenário muito pouco amável para o presente e o futuro do país no painel dedicado às «Projeções para a economia portuguesa.» Mas as primeiras palavras de um dos economistas mais respeitados a nível nacional foram dirigidas para os TOC, que classificou como sendo «das classes profissionais que mais podem contribuir para a mudança e eficácia do tecido produtivo.»

O ex-presidente da Associação Portuguesa de Bancos regressou ao tema central da sua palestra para afirmar, de modo categórico, que a «crise profunda da economia portuguesa não tem sido encarada de frente. Temos o pior desempenho da Zona Euro e divergimos gradualmente face aos nossos congéneres. Vamos recuperar, mas menos do que os outros», disse.

Salgueiro rejeitou a dicotomia entre «pessimistas e realistas», garantindo que «o futuro da economia não depende de estados de alma.» Défice público, desemprego e falta de competitividade são para o economista os principais problemas da nação e que fazem perigar seriamente a «credibilidade das contas públicas e a gestão financeira do Estado.»

Numa rápida viagem ao passado, João Salgueiro referenciou duas datas chave que foram determinantes para o estado a que chegou o desempenho económico e financeiro português: 1989, com a queda do muro de Berlim e 1999, com a introdução do euro nos mercados financeiros. «O quadro mudou completamente, condicionando a competição à escala global e a velocidade de circulação de capitais», justificou.

Proseguindo a sua descrição impiedosa da realidade, João Salgueiro declarou que «os portugueses têm direito a aspirar a padrões de vida europeus, mas precisam de ter níveis de produtividade condizentes. Há quem faça por muito menos o que nós fazemos. Desde 1990 que o modelo económico está gasto, mas nada se tem feito para o alterar.»

Para finalizar, o economista deixou diversas propostas que a serem adoptadas melhorariam a economia nacional: mais apoios às PME em termos fiscais, elevar os níveis de competitividade para reduzir as taxas fiscais, incentivar a iniciativa empresarial de modo a baixar o desemprego, para além

de criar mais empresas e mais investimento produtivo, independentemente da sua origem.

«Há desafios que são mais do próprio povo, do que propriamente dos líderes políticos, nomeadamente o êxodo dos melhores alunos para outros países da Europa», alertou.

Para concluir, Salgueiro afirmou que cabe aos portugueses escolher um de dois caminhos: «Ou somos forçados a mudar através de um plano de austeridade ou, em alternativa, criam-se condições para investimento no futuro, a começar pela poupança. Mas preferia que fossemos nós a criar um amanhã desafiante.»

Mudar de vida

O presidente do banco BIC Portugal e ex-ministro da Indústria e Energia nos governos de Cavaco Silva, Mira Amaral, considerou que a taxa aplicada aos bônus dos gestores bancários, decididas pelo Governo, «é apenas uma manobra política para gerir o Bloco de Esquerda.» O Orçamento do Estado introduz uma taxa especial de IRC de 50 por cento, aplicada aos prémios distribuídos este ano quando esse valor for superior a 25 por cento da remuneração anual e tenha um valor superior a 27 500 euros. Ou seja, «a taxação afectará mais um gerente de balcão do que os grandes gestores dos bancos», sublinhou o orador. Contudo, o antigo governante, que foi o primeiro dos três oradores que falaram no painel dedica-

do às «Consequências do Orçamento no sistema financeiro», distanciou-se de algumas vozes críticas: «Já percebemos que, nestas crises, quando há um problema na banca, todos nós, Governo e contribuintes, a ajudamos. Na fase difícil houve discriminação a favor da banca e contra a economia real. Portanto, também não aceito que se diga que a taxação à banca é discriminatória», sublinhou Mira Amaral.

Sobre a intervenção de José Sócrates, Mira Amaral não teve dúvidas em afirmar que deixou de fora «as grandes questões estruturais que condicionam o futuro colectivo do país», aconselhando também o Governo a «não criticar as agências de *rating*, porque elas são ouvidas pelos mercados financeiros.»



João Salgueiro elogiou os TOC por contribuírem para a mudança e eficácia do tecido produtivo

«Sobre a competitividade e as reformas estruturais não ouvi o primeiro-ministro pronunciar-se. Sei que um Governo não pode transmitir desalento, mas há uma questão de fundo que este Orçamento não resolve: o controlo da dívida pública», frisou. E sobre esse aspecto, Mira Amaral recordou que anda há uma década a «alertar para esse problema», considerando mesmo que a «situação portuguesa é das piores da Zona Euro.»

O orador defendeu ainda que a despesa corrente primária sem juros deverá ser reduzida «para cerca de 30 por cento do PIB em duas legislaturas», pelo que se mostra céptico quanto aos efeitos do OE 2010 no controle do défice, uma vez que «aquela despesa é igual à de 2009.»

De qualquer forma, para Mira Amaral, há ainda uma última esperança: «Seria bom que o Pacto de Estabilidade e Crescimento fornecesse um sinal de que, realmente, queremos mudar de vida.»

Elevado esforço fiscal

Seguiu-se outro homem da banca. E do mundo fiscal. Paulo Macedo considerou que o OE 2010 «é um legado da crise e do ciclo político de 2009, com a tolerância das entidades comunitárias» e afirmou que a proposta «não se diferencia de forma substantiva da evolução proposta dos principais agregados orçamentais de outros Estados membros.»

Para o antigo director-geral dos Impostos «um dos aspectos mais importantes do OE é o que representa em termos de sustentabilidade das finanças públicas» e defendeu uma reforma dos procedimentos orçamentais, avançando com a necessidade de se criar ciclos plurianuais, contas certificadas externamente e um reforço das competências e do controlo do Tribunal de Contas, entre outras medidas.

Reformar parece ser a palavra-chave para o vice-presidente do Millenniumbcp, para quem a «sustentabilidade das finanças a longo prazo só terá viabilidade com reformas estruturais», ao mesmo tempo que remeteu «o momento da verdade» relativo ao OE para a apresentação do Plano de Estabilidade e Crescimento, porque, lembrou «é absolutamente fundamental manter a credibilidade das contas públicas. Um PEC austero mas virtuoso é determinante.»

Para Paulo Macedo, a redução do défice

não pode enveredar, uma vez mais, pelo aumento dos impostos, «uma vez que o esforço fiscal já é muito elevado.» E por falar em impostos, o antigo homem-forte da DGI não se esqueceu de chamar a atenção para a sua «dama», recordando que «a banca representa mais de 20 por cento do IRC liquidado» e que esta realidade «não pode, de forma alguma, ser ignorada.»

O vice-presidente do Millenniumbcp defendeu ainda que, medidas como a tributação dos bónus dos gestores dos bancos são «discriminatórias, contribuem para distorções de mercado importantes e são lesivas do bom funcionamento e da reputação do sistema financeiro e da economia.»

Abençoados os jovens

Começamos pelo fim: «Abençoados os jovens, pois eles vão herdar a dívida pública». Foi com a citação de 31.º presidente dos Estados Unidos, Herbert Hoover (ocupava o cargo na crise que espoletou em 1929) que Carlos Duarte de Almeida, vice-presidente do conselho de administração do Banif, terminou a sua intervenção. Essa frase pode ser também uma síntese das ideias que expôs na conferência. Para este banqueiro, o OE não altera «a dinâmica recente da dívida pública, cujo nível é preocupante em termos históricos.» Aliás, sublinhou este responsável, «desde 1851 que só por duas vezes nos aproximamos do actual nível: em 1891 e em 1926-28.»

Porque a (má) saúde das finanças públicas pode ser extensível a toda a economia, Carlos Duarte de Almeida lembrou que «a descida de rating da



Sérgio Vasques afirmou ser prioritário o reequilíbrio do relacionamento entre o fisco e o contribuinte

República pode significar uma baixa de *rating* também para a banca» e alertou para o efeito devastador destes mecanismos: «Quanto menor o nível de *rating*, maior o impacto de um *downgrade* nos *spreads* e nos custos de financiamento.» Sobre o facto de a banca ser um dos sectores visados no OE, o vice-presidente do Banif defendeu que a medida de tributação dos bónus «é irrelevante do ponto de vista financeiro para o Estado, negativa e de discriminação injusta para o sector.»

Para sustentar a sua posição, o orador lembrou que o sector bancário «continua a criar emprego», mesmo num cenário recessivo, uma vez que se assistiu «a um aumento de 60 por cento do crédito vencido em 2009 relativamente ao ano anterior.»

Carlos Duarte de Almeida, para quem a banca paga «uma das mais altas taxas de tributação efectiva», deixou um aviso à navegação: «A poupança com a quebra dos juros representou para as famílias cerca de 3,7 mil milhões de euros que foi desviado para o consumo. Quando a recuperação começar, isto terá efeitos inversos.»

Um Orçamento sem política fiscal

No painel «As mudanças na área fiscal com o novo Orçamento», Rogério Fernandes Ferreira optou por destacar as medidas de justiça fiscal e de reequilíbrio das relações entre a administração fiscal e os contribuintes, inseridas no OE/2010. Fernandes Ferreira aplaudiu o facto de na proposta orçamental serem «parcas as alterações fiscais, o que é raro», argumentando que devem ser evitadas as reformas de leis desta natureza.

O fiscalista, que integrou o grupo de trabalho para o estudo da política fiscal, aconselhou que não se introduzam grandes reformas do sistema processual no domínio das garantias dos contribuintes. O grupo defendeu ainda alterações legislativas de natureza cirúrgica, visando aproximar os contribuintes dos cidadãos, de forma a reequilibrar a relação entre estes agentes. «A proposta do OE aproveita parte destas ideias», referiu. Fernandes Ferreira posicionou-se do lado dos «optimistas», tendo destacado como medidas positivas as novas regras de compensação de créditos e de suspensão de penhoras e as notificações por transmissão electrónica de dados. Para fi-

nalizar, o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais elogiou os «novos mecanismos de arbitragem para dirimir conflitos tributários», no âmbito da resolução extrajudicial de conflitos, defendendo a especialização dos árbitros, com vista a promover decisões, apenas passíveis de recurso para o Tribunal Constitucional, «mais céleres, desanuviando as pendências dos tribunais fiscais.»

Coube a Miguel Frasquilho, no seu papel de deputado do maior partido da oposição, as maiores críticas à proposta orçamental. «Neste OE 2010 não há política fiscal, como acontece, aliás, desde meados dos anos 90. Não tem medidas que simplifiquem e as que existem não imprimem competitividade económica. É uma amálgama sem raciocínio lógico», referiu. O ex-secretário de Estado do Tesouro e Finanças elencou as principais pechas do sistema fiscal: a equidade, a eficiência e a competitividade.

«Portugal é o quarto país mais desigual da Europa e o sistema fiscal contribuiu para isso, devido à muitas deduções, isenções e excepções», prosseguiu Frasquilho, desafiando todos os pecadilhos tributários da nação. «Os países que mais cresceram foram os que reduziram a carga fiscal», acrescentou. Numa apresentação profusamente ilustrada do ponto de vista gráfico, Frasquilho realçou que Portugal se situa no 24.º lugar do *ranking*, considerando os índices de crescimento económico e carga fiscal. «Não é o único factor, mas a economia só cresce se diminuir o peso da carga fiscal. As contas públicas não podem ser argumento para não diminuir os impostos. Até quando vamos ficar fora deste comboio?»

Devido ao adiantado da hora, Luís Magalhães, proferiu uma intervenção curta, mas bastante sistematizada. O *partner* da KPMG mostrou-se optimista quanto ao sucesso do «perdão fiscal» previsto no Orçamento para os capitais repatriados. Sobre a tributação dos bónus dos gestores, medida que lhe merece algumas reticências, partilhou com a plateia uma dúvida: na proposta do OE 2010 as empresas não financeiras são também afectadas por esta tributação? Para concluir, Luís Magalhães expressou a sua preocupação pela «fuga de capitais», lembrando que, segundo dados recentes do Banco de Portugal, os portugueses colocaram nove mil milhões de euros em *offshores*. ■

Comissões para definir acesso aos Colégios de Especialidade tomaram posse

Propostas deverão ser apresentadas dentro de seis meses

As seis comissões que definirão as condições de acesso a outros tantos Colégios de Especialidade da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas tomaram posse no passado dia 2 de Fevereiro. De acordo com Domingues de Azevedo, presidente da Ordem, «têm seis meses para apresentarem as respectivas propostas.» O objectivo, salientou o responsável máximo da OTOC, é criar condições para «sustentar e elevar a qualidade na profissão de Técnico Oficial de Contas.»

Na sequência da alteração introduzida no Estatuto da OTOC, através do Decreto-Lei n.º 310/2009, foram criados três Colégios de Especialidade de Contabilidade (Contabilidade Analítica, Contabilidade Financeira e Contabilidade Pública) e três de Fiscalidade (Impostos sobre o Consumo, Impostos sobre o Rendimento e dos Impostos sobre o Património).

A criação destes mecanismos, reforçou Domingues de Azevedo, constitui um «momento nobre e novo da nossa profissão. Estamos a criar as condições para que se dê mais um passo no sentido daquilo que sempre desejámos.»

Perante uma plateia onde pontificavam alguns dos principais especialistas das respectivas áreas, o presidente da OTOC lembrou «as preocupações qualitativas» que estão na base dos Colégios e que deverão permitir aos TOC «canalizar as suas energias para as áreas onde se sintam mais à vontade.»

Numa cerimónia simples, que decorreu no salão nobre da sede da Ordem, o presidente da OTOC

justificou a ausência do convite aos membros pelo facto de a Instituição se encontrar «em período eleitoral.»

Dada a importância do que está em jogo, a composição das seis comissões conta com nomes bem conhecidos da Fiscalidade e Contabilidade:

Colégio da Contabilidade Financeira:

Presidente: Lúcia Lima Rodrigues;

1.º vogal: Hernâni O. Carqueja;

2.º vogal: António Borges.

Colégio da Contabilidade Analítica ou de Gestão:

Presidente: José António Moreira;

1.º vogal: José Matos Carvalho;

2.º vogal: José Azevedo Rodrigues.

Colégio da Contabilidade Pública:

Presidente: João Carvalho;

1.º vogal: António Pires Caiado;

2.º vogal: Vítor Simões.

Colégio dos Impostos sobre o Consumo:

Presidente: João Amaral Tomaz;

1.º vogal: Clotilde Celorico Palma;

2.º vogal: Emanuel Lima.

Impostos sobre o Rendimento:

Presidente: José Alberto Pinheiro Pinto;

1.º vogal: Avelino Azevedo Antão;

2.º vogal: Leopoldo Alves.

Impostos sobre o Património:

Presidente: Carlos Baptista Lobo;

1.º vogal: Abílio Marques;

2.º vogal: João Ricardo Catarino. ■



Elevar a qualidade da profissão é o objectivo das comissões empossadas

Os «braços» da OTOC

Entrega de certificados aos novos membros

«**V**ocês serão os braços desta Instituição junto da sociedade civil.» No início, os candidatos a tal missão eram 1 696, no final resistiram 152. Pelo caminho ficaram 1 544. Os números do último exame de acesso à profissão, realizado no passado dia 31 de Outubro, falam por si e estão sujeitos às interpretações mais variadas. Uma delas, apontará, certamente, para a maior exigência e salto qualitativo que se deseja imprimir à profissão e que podem ser subentendidas também na afirmação de Domingues de Azevedo, presidente da Direcção da OTOC.

Em torno dessa e de outras ideias girou a intervenção do responsável máximo da Ordem na cerimónia de entrega dos certificados aos novos membros, realizada no passado dia 2 de Fevereiro na sede da Instituição.

«Passaram a fazer parte desta família, mas é preciso que cada um tenha bem vincados dentro de si os valores de ética e deontologia», lembrou Domingues de Azevedo diante de uma plateia onde abundavam os rostos jovens, mas onde era possível também encontrar novos membros a acusarem já o desgaste dos anos, prova, afinal, de que nunca é tarde para apanhar o comboio da profissão.

«Esta é uma actividade de constantes desafios e permanentes actualizações. Não tenham dúvi-

das de que, por vezes, o desânimo tomará conta de vocês. Mas se assentarem a vossa acção na qualidade e na honorabilidade, mais cedo ou mais tarde o sucesso há-de bater-vos à porta», continuou o presidente da OTOC que não se cansou de acentuar a importância da vertente ética: «Nunca se esqueçam de que, se preterirem os valores deontológicos e éticos, eles acabarão sempre por reverter em vosso prejuízo.»

Num auditório que, a exemplo de cerimónias anteriores, registava lotação esgotada e onde os rostos femininos imperavam (do total de aprovações 57 por cento são mulheres) Domingues de Azevedo apontou depois para o futuro e para os desafios trazidos pelo novo ano. «Quando dizemos que queremos um profissional que crie valor nas empresas, pensamos em alguém que não seja um peso morto na estrutura da empresa, alguém a quem a entidade patronal não regateie o ordenado.» Essa realidade será mais visível com a introdução do SNC: «As veredas que o POC nos colocou acabaram, como terminaram também as contabilidades por correspondência. O contabilista, com o SNC, tem de mostrar-se vivo e activo, alguém que está obrigado a conhecer o negócio.»

Ezequiel Fernandes, presidente da Comissão de Inscrição usaria também da palavra para recordar, numa intervenção breve, que «informação,



Os novos membros da Ordem foram alertados para a importância dos valores da ética e deontologia

conhecimento e bom senso são os três pés fundamentais para que esta profissão avance.»

Pedro Roque, presidente do Júri de Exame, lembrou a «importância de demonstrações financeiras bem elaboradas, que serão peças fundamentais para obtenção de crédito» e esclareceu os novos membros: «Vocês não chegaram à meta, colocaram-se apenas na linha de partida. A partir de agora será mais difícil, mas o SNC será também uma oportunidade para evidenciarmos a nossa qualidade.»

O programa da cerimónia de entrega de certificados começara bem antes. Sozinhos uns, acompanhados por amigos e familiares, outros, o primeiro ponto da «ordem de trabalhos» passou por uma visita à sede da Instituição, que

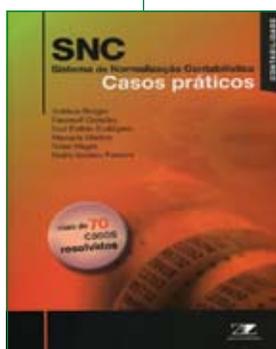
permitiu aos novos membros terem uma ideia mais aproximada da grandeza e mecanismos da Ordem. «Nesta casa trabalham 135 pessoas. Este edifício tem cerca de seis mil metros quadrados totalmente ocupados», lembraria mais tarde Domingues de Azevedo.

Já no auditório, assistiu-se à exibição de um filme que relata a vida da instituição ao longo dos seus 14 anos de vida. Seguiram-se os discursos de boas-vindas e a entrega dos respectivos certificados. A cerimónia terminou com um lanche e a possibilidade de, durante alguns minutos, órgãos sociais e os mais recentes membros conviverem num ambiente descontraído. O desafio do SNC e da nova etapa profissional ficaram para depois. ■

Casos práticos sobre o SNC

Obra de seis docentes do ISCTE

Prossegue a edição de obras dedicadas ao novo modelo contabilístico. António Borges, Emanuel Gamelas, José Pinhão Rodrigues, Manuela Martins, Nuno Magro e Pedro António Ferreira, todos docentes do ISCTE, são os autores do livro «SNC: Sistema de Normalização Contabilística - Casos práticos», da Áreas Editora. Na nota de apre-



sentação, os responsáveis pela publicação reconhecem que o novo modelo, «sendo um normativo, está sujeito a interpretação, opinião e evolução contínua». A ênfase colocada na vertente prática do SNC visa familiarizar todos os interessados para as alterações profundas introduzidas por este novo referencial contabilístico. ■

OTOC solicita abertura de linha de crédito ao investimento e à formação profissional

Ordem remeteu carta ao Ministério das Finanças

A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas remeteu uma carta ao Ministro do Estado e das Finanças solicitando a abertura de uma linha de crédito ao investimento e à formação profissional dos Técnicos Oficiais de Contas. O presidente da Direcção da OTOC, Domingues de Azevedo, sustenta na missiva dirigida a Fernando Teixeira dos Santos que esta solicitação decorre no seguimento do investimento feito pelos profissionais em termos de actualização das soluções informáticas e na frequência de acções for-

mativas, tendo por enquadramento a entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística. O responsável máximo da mais recente Ordem profissional portuguesa recorda na mensagem que «o sacrifício, humano e financeiro», nunca regateado pelos profissionais, com reflexos na diminuição das despesas com o funcionamento da administração fiscal, deve merecer a devida compreensão por parte da tutela. O conteúdo integral da missiva pode ser consultado no *site* da OTOC. ■

OTOC e AHRESP organizam seminário a 24 de Fevereiro, no Porto

O SNC e as implicações na hotelaria e restauração

A OTOC e a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) organizam, no próximo dia 24 de Fevereiro, no Seminário de Vilar, no Porto, uma conferência subordinada ao tema «Novas obrigações legais, Sistema de Normalização Contabilística, hotelaria e restauração».

Este evento acontece no seguimento da parceria entre estas duas entidades, iniciada em Dezembro com um seminário, sobre a mesma temática, em Lisboa.

As inscrições são gratuitas e limitadas. A conferência encontra-se também aberta para público em geral. Para efeito do controlo de qualidade são atribuídos 12 créditos.

Estão a ser preparados novos eventos com outras instituições representativas dos empresários no sentido de uma melhor compreensão sobre o SNC e o papel que os TOC desempenham nas empresas. ■



A iniciativa realizada em Lisboa, em parceria com a AHRESP, é reeditada para os membros do Norte.

Formação OTOC para 2010

Segmentada, distância e reuniões livres, em Fevereiro

O SNC continua a ser o grande protagonista das acções de formação da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas. No âmbito da formação à distância, os cursos disponíveis para os membros são: «Actualização fiscal em sede de IRC», «NCRF 3 - adopção pela primeira vez das NCRF» e «SNC - Pequenas enti-

dades.» No que aos cursos de formação segmentada diz respeito, a OTOC ministra as seguintes acções: «SNC - Activos correntes», «SNC - Activos não correntes» e «Implicações contabilísticas pertinentes do CSC.» Como não podia deixar de ser, as reuniões livres também constam do plano formativo agendado para este mês. ■

Plano global de formação para 2010					
Mês	Tipo	Código	Tema	Duração	Créditos
Fevereiro	Distância	DIS0310	Atualização fiscal em sede de IRC	16h	24
		DIS0410	NCRF 3 - adopção pela primeira vez das NCRF	16h	24
		DIS0510	SNC - Pequenas Entidades	16h	24
	Segmentada	SEG0410	SNC - Activos correntes	16h	24
SEG0510		SNC - Activos não correntes	16h	24	
SEG0610		Implicações contabilísticas pertinentes do CSC	8h	12	
Reunião Livre	RL0310	Livre	2h	3	
	RL0410	Livre	2h	3	
Março	Distância	DIS0610	SNC - Activos não correntes	16h	24
		DIS0710	SNC - Activos correntes	16h	24
		DIS0810	IRC/IRS - Dossier Fiscal (Organização e Preparação)	16h	24
		DIS0910	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	16h	24
	Segmentada	SEG0710	NCRF 25 - Imposto sobre o rendimento	8h	12
		SEG0810	NCRF 12 - Imparidades de activos	8h	12
Reunião Livre	SEG0910	SNC - Passivos correntes e não correntes	16h	24	
	SEG1010	NCRF 21 - Provisões, Activos e Passivos contingentes	8h	12	
Abril	Distância	RL0510	Livre	2h	3
		RL0610	Livre	2h	3
		DIS1010	NCRF 12 - Imparidades de activos	8h	12
		DIS1110	SNC - Passivos correntes e não correntes	16h	24
	Segmentada	DIS1210	NCRF 21 - Provisões, Activos e Passivos contingentes	8h	12
		DIS1310	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	8h	12
Reunião Livre	SEG1110	NCRF 27 - Instrumentos financeiros	16h	24	
	SEG1210	SNC - Demonstrações Financeiras (NCRF 1,2,4,5,24)	16h	24	
Maio	Distância	SEG1310	IRC/IRS - Dossier Fiscal (Organização e Preparação)	16h	24
		SEG1410	NCRF 28 - Benefícios dos empregados	8h	12
		RL0710	Livre	2h	3
		RL0810	Livre	2h	3
	Segmentada	DIS1410	Contabilidade Orçamental	16h	24
		DIS1510	SNC-Reconhecimento e Mensuração dos Investimentos Financeiros	16h	24
Reunião Livre	DIS1610	Análise de Balanços e Estudo de Indicadores Económicos com base nos Modelos SNC	16h	24	
	SEG1510	Código Contributivo da Segurança Social	16h	24	
Junho	Distância	SEG1610	Tributação do Património (IMT/IMI/IS)	16h	24
		SEG1710	Aspectos contabilísticos e fiscais para entidades sem fins lucrativos (IPSS e associações)	16h	24
		RL0910	Dissolução, liquidação, fusão e cisões de sociedades (aspectos contabilísticos e fiscais)	16h	24
		RL1010	Livre	2h	3
	Segmentada	DIS1710	Peritagem Contabilística e Fiscal	16h	24
		DIS1810	Tributação do Património (IMT/IMI/IS)	16h	24
Julho	Distância	DIS1910	Projectos de investimento	16h	24
		DIS2010	IVA (revisão ao Código)	16h	24
		SEG1810	IVA (revisão ao Código)	16h	24
		RL1110	Livre	2h	3
	Segmentada	RL1210	Livre	2h	3
		DIS2110	SNC-Empreendimentos Conjuntos	8h	12
Setembro	Distância	DIS2210	Entidades Empresariais Municipais - Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais	12h	18
		DIS2310	Código Contributivo da Segurança Social	16h	24
		DIS2410	Aspectos contabilísticos e fiscais para entidades sem fins lucrativos (IPSS e associações)	16h	24
		SEG1910	Atualização fiscal em sede de IRC	16h	24
	Segmentada	SEG2010	Projectos de investimento	16h	24
		SEG2110	IVA - Localização das Operações e Serviços Tributáveis	12h	18
Outubro	Distância	RL1310	Livre	2h	3
		RL1410	Livre	2h	3
		DIS2510	Código do Trabalho	16h	24
		DIS2610	Código Fiscal de Investimento	16h	24
	Segmentada	DIS2710	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	24h	36
		PER0110	POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais	24h	36
Novembro	Distância	SEG2210	Entidades Empresariais Municipais - Constituição e Obrigações Contabilísticas e Fiscais	12h	18
		SEG2310	Código Fiscal de Investimento	16h	24
		SEG2410	Contabilidade Orçamental	16h	24
		RL1510	Livre	2h	3
	Segmentada	RL1610	Livre	2h	3
		DIS2810	Contencioso Tributário	24h	36
Dezembro	Distância	DIS2910	Mais e menos Valias em IRC e IRS	16h	24
		DIS3010	SNC - Demonstrações Financeiras (NCRF 1,2,4,5,24)	16h	24
		PER0210	Contencioso Tributário	24h	36
		SEG2510	Código do Trabalho	16h	24
	Segmentada	SEG2610	Código de Insolvência	16h	24
		RL1710	Livre	2h	3
Novembro	Distância	RL1810	Livre	2h	3
		DIS3110	Código dos Contratos Públicos	12h	18
		DIS3210	SNC-Preparação das notas anexas às Demonstrações Financeiras	16h	24
		DIS3310	Contabilidade Orçamental na Administração Pública	16h	24
	Segmentada	SEG2710	Código dos Contratos Públicos	12h	18
		SEG2810	Peritagem Contabilística e Fiscal	16h	24
Reunião Livre	SEG2910	NCRF 10 - Custo dos empréstimos obtidos	8h	12	
	SEG3010	NCRF 22 - Contabilização dos subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	8h	12	
Dezembro	Reunião Livre	RL1910	Livre	2h	3
		RL2010	Livre	2h	3
Dezembro	Reunião Livre	RL2110	Livre	2h	3

«Conselho Fiscal» na TSF

Colaboradores da Ordem prestam esclarecimentos úteis

Cinco dias por semana e duas vezes por dia, às 7h20 e às 18h45, os conselhos úteis sobre fiscalidade são presença obrigatória na grelha da TSF. A locução está a cargo dos colaboradores da OTOC, Paula Franco, João Antunes, Sandra Bernardo e Amândio Silva.

No período compreendido entre 4 de Janeiro e 5 de Fevereiro, as emissões diárias estiveram especialmente concentradas no IVA e no IRS, bem como nas incontornáveis implicações do SNC. As emissões abordaram os seguintes temas: «Incentivos fiscais de combate à desertificação do interior»; «IVA: reembolso para trabalhadores nos estados-membros onde não são residentes»; «Valor patrimonial tributário de imóveis»; «IRS: benefícios fiscais e dívidas ao Estado»; «Novas regras para localização das prestação de serviços em sede de IVA»; «IRS: dedução das despesas com educação e formação profissional»; «SNC: adaptação do Código de IRC»; «SNC: aspectos qua-

litativos da informação financeira»; «Declaração recapitulativa do IVA»; «Redução ligeira do IRS para as empresas»; «Entrega da declaração modelo 10»; Informação contabilística»; «Declaração de rendimentos para IRS»; «Ordenados em falta, retenção na fonte e Segurança Social»; «Taxa de IVA a aplicar em obras de remodelação, restauro ou recuperação de habitações»; «O novo Sistema de Normalização Contabilística»; «Alargamento do período máximo de pagamento em prestações das dívidas fiscais»; «IVA: requisitos para emissão de facturas ou documentos equivalentes»; «Tributação sobre prémios de jogo»; «Benefícios fiscais dos PPR»; «Dedução em IRS das despesas de Saúde»; «Direito à dedução do IVA»; «Incentivos fiscais à aquisição de equipamentos para utilização de energias renováveis»; «Isenção de IVA nas exportações de bens» e «Despesas.»

A totalidade dos programas já emitidos pode ser escutada nos *sites* da OTOC e TSF. ■

Consultório SNC

Parceria entre a OTOC e o «Jornal de Negócios»

A parceria entre o «Jornal Negócios» e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, iniciada em 2008 com a «Análise da OTOC», um artigo técnico publicado todas as segundas-feiras, conhece desde o início deste ano nova etapa com a abertura de um consultório para esclarecer dúvidas sobre o novo sistema de normalização contabilística. As questões são respondidas na edição do jornal especializado pelos consultores da OTOC, todas as terças-feiras. Na rubrica publicada na primeira semana de Fevereiro o tema em análise foi «Acções remíveis e cheques pré-datados.» Os membros interessados em consultá-la podem fazê-lo através

do *link* disponibilizado no *site* da Ordem ou, em alternativa, nos «Recortes» que se encontram na «Pasta TOC.» ■



O consultório SNC esclarece as dúvidas sobre o novo modelo

Eleições para a Ordem

Decorre desde o início do mês votação por correspondência

Decorre desde o dia 1 deste mês a votação por correspondência para as eleições dos órgãos da OTOC. Este acto eleitoral, que tem a sua votação presencial agendada para 26 de Fevereiro, é o primeiro da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e acontece por efeito da disposição contida no Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de Outubro, tendo como justificação a mudança de Câmara para Ordem, bem como pelo facto de se haver extinto alguns órgãos e criado novos, no âmbito da nova designação.

Neste momento histórico, faz-se um apelo a todos os membros para participarem na vida da sua Instituição e, através do seu voto, darem o concurso para a definição dos caminhos futuros.

Apresentaram-se a sufrágio três listas candidatas, cujos programas eleitorais foram enviadas com a revista do mês de Janeiro, a todos os membros.

Recentemente, os TOC também receberam o boletim de voto e dois envelopes, estando um deles já endereçado à Ordem, de-

vendo o outro conter a escolha do membro. Deve ainda colocar num dos envelopes a declaração que lhe foi enviada, depois de assinada, conforme assinatura constante do bilhete de identidade, bem como a fotocópia do mesmo documento.

Os que pretendam exercer o seu direito de voto presencialmente, devem deslocar-se no dia 26 de Fevereiro à sede da Ordem, na Avenida Barbosa du Bocage, em Lisboa.

Uma forte participação dos membros dará uma imagem de grande vitalidade e dinâmica da nossa Instituição. ■



Os membros que não puderem votar presencialmente, podem fazê-lo através do voto por correspondência

Exemplos práticos sobre o SNC

Nova brochura em fase de preparação

Dando cumprimento a uma promessa feita pela Direcção, está a ser remetido aos membros um guia prático sobre a transição do plano de contas do POC para o SNC, sendo acompanhado de notas explicativas dos conteúdos das contas com o novo modelo contabilístico.

Os comentários por parte dos profissionais são muito positivos, mas é importante que se conheçam bem as dificuldades dos TOC nesta fase de mudança para que se canalizem para essas

áreas o apoio necessário nesta fase de transição. Nesse sentido, está a ser preparada uma brochura que conterà a resolução de casos práticos no âmbito do SNC, com especial relevo para o tratamento de questões mais complexas, como julgamos ser o caso do reconhecimento, desconhecimento, mensuração e valorização de activos e passivos, bem como as matérias relacionadas com a agricultura.

Logo que esteja concluída esta obra, a exemplo da anterior, será enviada a todos os membros. ■

A adopção do novo normativo

Nova obra em dois volumes já disponível

Com o objectivo de desenvolver um amplo conjunto de informação que auxilie o trabalho dos preparadores do relato empresarial no contexto da adopção, pela primeira vez, do sistema de normalização contabilística, encontra-se disponível a obra «A adopção pela primeira vez do novo normativo (SNC)», em dois volumes, da autoria de Maria do Céu Almeida e Fábio de Albuquerque, editado pela Chaves Ferreira Publicações. Esta obra contou com a colaboração de duas empresas de *software* que apresentaram e desenvolveram soluções informáticas adequadas à nova realidade.

O livro encontra-se dividido em três partes: contextualização, controlo e processo de reconversão automática do relato empresarial e um caso prático amplamente desenvolvido. Por outras palavras, este é um livro que realça a necessidade de mudança de atitude dos intervenientes no processo do relato empresarial. O primeiro volume tem 384 páginas e o segundo 192.

Maria do Céu Almeida é doutorada em Ciências Empresariais, revisora e TOC. É coordenadora, no ISCAL, na área científica da Contabilidade. Fábio Albuquerque é licenciado em Contabilidade e mestrando em Auditoria pelo ISCAL. É Técnico Oficial de Contas, com diversos trabalhos publicados na Revista «TOC.» ■



O impacto do SNC na actividade empresarial



AOTOC continua a promover, desta feita em parceria com a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), sessões de esclarecimento sobre o impacto do SNC na actividade empresarial. A 9 de Fevereiro, o evento realizou-se no auditório da União de Associações do Comércio e Serviços, em Lisboa.